

Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana

Voll von feierlichen Possenreissen ist der Markt
– und das Volk rühmt sich seiner grosser Männer!
das sind ihm die Herrn der Stunde.
NIETZSCHE, *Also Sprach Zarathustra***.

A ditadura salazarista soube sempre suscitar a promoção pertinaz e habilidosa do pensamento do seu chefe no estrangeiro, o que explica não só as traduções do livro de entrevistas de Ferro com Salazar — que desde o inglês ao polaco, passando pelo italiano, tiveram intensa difusão na Europa de então —, como ainda as diversas antologias do seu pensamento político em obras a que emprestaram a sua pena de prefaciadores algumas figuras prestigiadas da cultura desse tempo, como sucedeu com Maurice Maeterlink, responsável pelo prefácio da tradução da selecta de discursos de Salazar publicada em França em 1937, o mesmo ano em que, por ocasião da Exposição Universal de Paris, se divulgava ali um pequeno digesto do ideário de Salazar sob o título de *Comment on relève un État*¹. Na Inglaterra, dois anos depois, editava-se uma réplica da selecta salazarista, com o título de *Doctrine and Action. Internal and Foreign Policy of the New Portugal*

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** «A praça pública está cheia de truões ensurdecadores, e o povo vangloria-se dos seus grandes homens. São para eles os senhores do momento.» (Nietzsche, *Assim falava Zarathustra*.)

¹ V., sobre estes dois livros, o nosso estudo *Salazar em França*, pp. 35-36, bem como o capítulo acerca da segunda brochura, intitulado «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazar», no vol. XII da nossa *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Alfragide, Ediclube, s. d. [1993], pp. 11-142.

1928-1939 (ed. da Faber and Faber Limited, Londres, 1939; trad. de Robert Edgar Broughton).

Pouco antes, em 1938, eram os Alemães a tomarem a iniciativa de editarem um breviário do pensamento salazarista, aliás de *motu proprio*, uma vez que se tratava agora de uma publicação patrocinada pelo Ministério alemão dos Negócios Estrangeiros, com vista à formação do seu pessoal diplomático interessado em conhecer o pensamento de homens de Estado estrangeiros. Em suma, estamos, neste caso, diante de um produto resultante do escrúpulo de documentação ideológica do pessoal diplomático hitleriano, e não de um desejo de tornar conhecida a ideologia do presidente do Conselho luso: publicou-se esta selecta na Alemanha em 1938, numa edição traduzida por dois lusólogos alemães, Joseph Piel e Albin Eduard Beau — na altura simpatizantes declarados do III Reich —, com uma curtíssima introdução (no original: «Geleitwort», isto é, à letra, nota de acompanhamento) da autoria do ministro alemão da Propaganda, Dr. Goebbels. Tratava-se de uma antologia dos principais discursos e outros textos de Salazar, sob o título de *Portugal — Das Werden eines neuen Staates — Reden und Dokumente* (isto é, *Portugal — O Devir de Um Novo Estado — Discursos e Documentos*), editada por Fritz Dubbert, em Essen (região do Rur), na editora Essener Verlag, tendo sido impressa pela Maenicke & Jahn E. G. Tinha o texto 385 páginas e abria com a referida nótula de Goebbels, uma introdução de Salazar (pp. 19-29), e incluía ainda um «posfácio» anónimo (pp. 382-384), que narra em termos sobretudo factuais a vida de Salazar e terminava dizendo que ele era agora «o indiscutível chefe do seu povo», que conduzia «com mão firme» (p. 384). Uma nota final, encimada pelo escudo de armas da República Portuguesa — escudo que também figurava, gravado em relevo, na capa da encadernação —, indicava que a edição desta obra se destinava aos diplomatas, dela havendo uma tiragem especial de 75 exemplares numerados (o exemplar que consultámos tinha, aliás, o n.º 23). Um retrato de Salazar, de perfil, antecedia o frontispício do livro, fotografia ornada, por baixo, com uma assinatura do político luso. Em suma, tudo parece indicar que se tratava, ao fim e ao cabo, de uma diplomática cooperação luso-germânica no sentido de dar a conhecer aos diplomatas germânicos a essência do ideário de Salazar. O prólogo, da autoria de Gustavo Cordeiro Ramos — que vamos abordar em seguida —, acentuava ainda mais este entendimento de regimes que mantinham entre eles as melhores relações. O facto de ali figurar uma nota oficiosa portuguesa opondo-se a um inquérito internacional acerca dos bombardeamentos de Guernica durante a guerra civil de Espanha (v. *infra*) mostra até que ponto se procurou, nesta obra, cimentar as boas relações entre hitlerianos e salazaristas. Concluir daqui que havia inclinações hitlerófilas na política externa da ditadura de Salazar, ou até que o salazarismo fosse de algum modo pró-germânico, é já ultrapassar os factos e arriscar uma interpretação obviamen-

te errónea, por desconhecimento da natureza profunda dos dois nacionalismos e dos dois regimes em causa.

1. O PREFÁCIO HITLERÓFILO DE CORDEIRO RAMOS

A antologia era dividida em três partes, seleccionando textos de Salazar, entre 1928 e 1937, acerca (1) da «reforma das finanças» (pp. 38-71), (2) da «reconstrução do Estado» (pp. 75-324) — como pode constatar-se, a parte mais extensa da obra, com 159 páginas num total de 383 — e, por fim, (3) sobre «política europeia» (pp. 327-381). Um estudo prefacial (pp. 1-17) de Gustavo Cordeiro Ramos — ministro da Instrução português em 1928 e 1929 e, depois, de 1930 a 1933 — apresentava a figura do nosso estadista e enaltecia-o em termos calorosamente hitlerófilos (que adiante examinaremos). Uma curta auto-apresentação (*Einleitung*) do próprio Salazar, como se disse, antecedia a antologia: explicando o sentido da sua crestomatia («Apresentação», pp. 19-29). Quanto à nótula prefacial do chefe hitleriano da Propaganda — que nos seus diários se mostraria de algum modo simpatizante do ditador português e, por fim, decepcionado com a falta de fé daquele² —, podemos dizer que ela se limita a puro *lip service*; dado o interesse que ela tem, não obstante a sua brevidade quase telegráfica, vamos reproduzi-la; ei-la na íntegra:

A determinada construção de uma nação sob a chefia de um homem extraordinário suscita a simpatia sincera do povo alemão, unido pelo nacional-socialismo. Que o presente livro seja acolhido neste sentido e

² Os diários de Goebbels pouco dizem sobre Salazar. Na edição americana, *The Goebbels Diaries. 1942-1943* (ed. e trad. de Louis P. Lochner, Nova Iorque, Doubleday & Company, 1948, 566 páginas), Salazar é referido com a data de 6-3-1943: «Salazar fez um discurso antibolchevista bastante agudo, mas que, contudo, não foi comunicado para uso geral. Fê-lo perante um pequeno grupo. Mas bastou para nos fazer convencer de que, enquanto ele estiver no poder em Portugal, nada de realmente hostil para nós será feito» (*op. cit.*, p. 274). Depois, a 11-11-1943: «Recebi um relatório detalhado de Portugal. Segundo ele, pode concluir-se o seguinte: Salazar é, sem dúvida, o dono de Portugal. Mas depende das suas forças armadas. Infelizmente, perdeu de algum modo a sua fé em nós e daí estar a oscilar de um lado para o outro como um pêndulo. Tal parece ser o caso de Franco. Os ditadores fariam melhor se tomassem abertamente o nosso partido, porque, se o nosso não ganha, então eles estão de qualquer modo perdidos. Os Ingleses estão a conduzir uma propaganda muito inteligente [...] A nossa diplomacia não é, evidentemente, igual a essas práticas de boca a ouvido. Vou agora aumentar consideravelmente a nossa propaganda em Portugal. Quanto a fazer passar filmes alemães em Portugal, temos de tentar comprar vários cinemas, uma vez que o boicote judeu entre os donos de salas de cinema é tão efectivo que um filme alemão não pode ser exibido ali normalmente» (pp. 508-509). Na edição inglesa desta mesma obra, *The Goebbels Diaries*, do mesmo trad. e organ., Londres, Hamish Hamilton, 1948, 458 páginas, as duas passagens citadas, de 6-3-43 e 13-11-43, vêm, respectivamente, na pp. 208 e 414.

que contribua para um entendimento amigável entre a Alemanha e Portugal [página anterior à numeração].

Quanto ao nosso anterior ministro da Educação Nacional (à altura dizia-se «ministro da Instrução Pública», expressão que vinha da I República e só seria alterada, a partir de 28 de Agosto 1940, para ministro da Educação Nacional, sendo o primeiro titular dessa nova pasta Mário de Figueiredo, seguindo-se-lhe José Caeiro da Mata em 1944 — aqui, nesta antologia em alemão, Gustavo Cordeiro é referido como «antigo ministro da Cultura» (*ehem. Kulturminister*, p. 17).

No seu prólogo, o Prof. Cordeiro Ramos espraia-se num caloroso elogio do nosso ditador, não hesitando em pô-lo em confronto com Hitler e Mussolini. O facto de Cordeiro Ramos ser um entusiasta das ideias nacionais-socialistas tornava-o, aliás, particularmente apto a preencher esta tarefa, na qual o vemos mergulhado com manifesto deleite. Sendo autor de estudos sobre Goethe, o nosso político abre o seu texto com uma frase do grande bardo germânico: *Ex Occidente lux...* (p. 1) — às avessas do tradicional e consabido rifão *Ex Oriente lux...* A inversão geográfica do local de nascimento do Sol veio-lhe ao espírito, confessa, ao ser convidado a escrever o prefácio aos discursos do «genial chefe da nossa renovação nacional» (*loc. cit.*). A obra de Salazar seria de tal grandeza que nenhum historiador da civilização ocidental a poderia ignorar, garante (*ibid.*). E, embora confessando não ter a capacidade própria de um Leopold von Ranke para levar a cabo o elogio solicitado, Ramos adverte que o elogiado tem a estatura de um «divino César» (p. 2)... Mas o leitor alemão, assevera, pode compreender Salazar se o comparar a Hitler: ambos actuaram quando os seus países estavam num estado de descalabro; a falta de um chefe fazia-se sentir em ambas as nações, vítimas da trilogia «Igualdade, liberdade, fraternidade», que é a «raiz da tirania» (p. 2). Entre nós, a degradação do Estado explicou, primeiro, o aparecimento do «presidente-soldado Sidónio Pais» (p. 3) em 1917, baseando este a sua acção na índole alemã — Sidónio estivera alguns anos como representante diplomático luso em Berlim — e que marcou entre nós a primeira tentativa de aplicação do *Führerprinzip* (tão caro, como se sabe, aos teóricos hitlerianos)³, ou seja, «o retorno a um Estado forte sob uma forte direcção» (p. 3). Cordeiro Ramos sublinha depois que essa revolução sidonista se deu no mesmo ano em que na Rússia aparecia o «bolchevismo niilista» (*loc. cit.*), o que mostrava um sentido providencial do nosso povo. Mas Sidónio foi abatido pela maçonaria, que uma

³ Sobre o *Führerprinzip*, v. o interessante e injustamente esquecido estudo de Fritz Nova, *The National Socialist Führerprinzip and its Background in German Thought*, Filadélfia, 1943, XIII + 169 páginas; trata-se de uma interessante tese de doutoramento em Ciência Política apresentada na Universidade da Pensilvânia (EUA).

década antes matara já «o nosso grande rei D. Carlos» (*ibid.*). O caos político subsequente terminaria, porém, com a «revolução nacional» do 28 de Maio de 1926, em seguida ao tentame do 18 de Abril do ano anterior, durante o qual Carmona se mostrara simpatizante dos sublevados falhados (Cordeiro Ramos dedica uma nota à defesa dos conjurados do 18 de Abril e à posição de Carmona, *op. cit.*, nota da p. 4). O «envenenamento da nação por ideologias alheias», combatido por António Sardinha, precursor da renovação popular (p. 4) e teórico racista — facto que Cordeiro Ramos sublinha numa nota infrapaginial, lembrando que se trata do autor de uma «obra muito notável», *O Valor da Raça* (nota à p. 4) —, foi levado adiante durante os dois anos que se seguiram ao 28 de Maio. Foi então que, em 1928, Salazar seria chamado à pasta das Finanças do gabinete da ditadura nacional, com a qual começou a obra redentora do novo chefe, ao qual se ficaram também a dever a criação da Mocidade Portuguesa, de base «nacional-cristã» (p. 6), e outras reformas, entre as quais as da educação nacional e da renovação do império colonial, sem esquecer a reforma do exército (*loc. cit.*).

Elogia Cordeiro Ramos, em seguida, a obra do Estado Novo português e do seu chefe, de personalidade tão forte, comparada a dada altura à de D. Pedro V (p. 8). E observa: «A obra política [de Salazar] e o reflexo do seu modo de vida pessoal, ambos se apresentam sem mácula. Nele, teoria e prática não podem ser separadas, pois ambas decorrem do mesmo princípio de austeridade moral, do mesmo triplo som da alma, da vontade e do sentimento. Este todo harmónico e equilibrado da personalidade [...] que para os estóicos era estimado como a maior virtude e a prova de um carácter, distingue, como ninguém, o carácter de Salazar» (p. 9). Isto valer-lhe-ia adeptos incondicionais, comprovando a afirmação de Massis — um dos mais entusiásticos salazarófilos franceses do clã de Maurras — de que só pode governar-se através do poder ordenador do espírito (p. 10). Convém lembrar, a propósito, que o livro entusiasticamente laudatório de Salazar, feito pelo maurrasiano francês Henri Massis (1886-1970), intitulado *Chefs*, só seria editado em 1939⁴.

Para Cordeiro Ramos, o Estado Novo podia, em suma, reivindicar «uma unidade ética de primeira ordem» (p. 11). Em seguida, debruça-se o nosso

⁴ Sobre Henri Massis (1886-1970) e Salazar, v. o nosso estudo *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977, pp. 44-50. Sobre o ideólogo maurrasiano francês, v. o estudo que lhe dedicou Michel Toda, *Henri Massis un témoin de la droite intellectuelle*, Paris, La Table Ronde, 1987, 391 páginas, obra manifestamente apologética, e ainda os estudos de Pierre-Marie Dioudonnat, *Les 700 rédacteurs de «Je suis partout», 1930-1944*, Paris, Sedopolis, 1993, 110 páginas, e o seu *Je suis partout, 1930-1944. Les maurrasiens devant la tentation fasciste*, Paris, La Table Ronde, 1987, 472 páginas (*maxime* p. 150).

Recordemos o essencial da biografia do admirador de Salazar: publica em 1911, sob o pseudónimo de Agathon, em *L'Opinion*, o célebre inquérito acerca dos jovens de então. Escreveu numerosas obras, como *A Defesa do Ocidente* (1927), *As Ideias Ficam* (1949), *Maurras e o Nosso Tempo* (ed. definitiva, 1961), *Chefs* (1939); foi redactor-chefe e depois

simpatizante do hitlerismo sobre os discursos compilados na antologia alemã de Salazar, a que reconhece uma qualidade literária cheia de beleza e de simplicidade (pp. 11-12), que a tornariam um verdadeiro «clássico da palavra», lembrando Manuel Bernardes e António Vieira (p. 12)... Tudo isto sem a menor inclinação pela multidão, pois eram estranhos ao seu feitio a torrente das palavras, os devaneios loquazes, os efeitos retóricos e o recurso a vulgares elogios (pp. 12-13). Daí, portanto, que a sua obra escrita e o seu trabalho de homem de Estado se apresentassem unidos, citando a propósito Rainer Marie Rilke, que pedia que o artista se realizasse primeiro antes de criar uma obra de arte (p. 13). Do que Salazar escreveu e fez poderia, portanto, retirar-se «um excelente manual do perfeito homem de Estado» (*loc. cit.*). E prossegue Cordeiro Ramos:

Seria impossível pensar que a actividade de uma tal personalidade genial de chefia (*Führerpersönlichkeit*) se limitasse simplesmente ao nosso país e não encontrasse o mais alto apreço além-fronteiras. Salazar, assim como Hitler e Mussolini — que seriam heróis completos no sentido de Carlyle⁵ —, eram vultos que não despertavam apenas um interesse nacional, mas também um interesse universal, pois as gerações de hoje e, antes de tudo, as gerações futuras agradecer-lhes-iam os serviços cujo significado seria inimaginável. Através da sua grandeza, parecem ser escolhidos e predeterminados a serem os verdadeiros detentores do dever do mundo de hoje, mundo politicamente incapaz e socialmente perdido em quimeras, aliás, e que eles irão salvar [...] Onde estaríamos nós hoje sem os grandes valores da civilização que fazem dos homens homens?! [p. 13].

director da *Revue universelle*; amigo de Brasillach, colabora no *Je suis partout* (publica ali uma entrevista com Salazar em 8-4-1938), apoia o regime de Vichy, sendo membro do Conselho Nacional instituído por Pétain, o que o não impede de ser atacado por Rebatet nos *Décombres* («Este encartado defensor da civilização ocidental não denunciou uma única vez o inimigo judeu. Depois de ter representado durante vinte anos o papel de construtor da juventude francesa, acabou por casar o seu filho único com uma riquíssima senhora Oppenheim» (*Les Décombres*, Paris, Pauvert, 1976, vol. 1, p. 549). Manteve-se admirador de Salazar até ao fim. Depois da primeira visita ao nosso ditador, em começos de 1938, da qual resultou o livro *Chefs* (1939), Massis voltaria a Portugal em 1952 e, por fim, em 1960, resultando desta última conversa o seu *Salazar face à face* (Paris, Palatine, 1961), no qual o maurrasiano francês recolhe as ideias do nosso ditador sobre a descolonização, ideias, aliás, próximas das suas, uma vez que o amigo de Maurras combatia a ideia da independência argelina. Massis seria membro da Academia Francesa em 1960. Curiosamente, Drieu la Rochelle, no seu impressionante e sinceríssimo *Journal. 1939-1945* (Paris, Gallimard, 1992, 521 páginas), não menciona uma única vez este ideólogo maurrasiano. Sobre Massis e Vichy, v. a nota 5 do nosso supracitado estudo «Deus, Pátria, Família», *op. cit.*, pp. 130-131.

⁵ V. Tomás Carlyle (1795-1881), *Os Heróis* (trad. de Álvaro Ribeiro), Lisboa, Guimarães Editores, 1956. Recorde-se que o nome maçónico de Sidónio Pais era precisamente «Irmão Carlyle»: v. o nosso livro *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, pp. 70-71.

Segue-se o tema da «missão europeia» que Portugal, tal como a Alemanha e a Itália, desempenharia, entendendo-se por tal o combate ao «bolchevismo», à «anticivilização bárbara» (p. 13) que este representaria, o que se prendia também com a luta na Espanha franquista, que o Portugal de Salazar apoiava: «No que se teria tornado a Europa se se tivesse constituído uma república anarco-comunista na Península Ibérica!» (*loc. cit.*). Citando a admiração que por Salazar sentiriam alguns intelectuais europeus de então, como o conde Gonzague de Reynold⁶ (p. 16) — com o qual, diga-se de passagem, Salazar se correpondeu bastante, como pode comprovar-se, lendo o espólio do nosso ditador existente na Torre do Tombo —, ao lado de outros como Politis, Friedrich Sieburg, Afrânio Peixoto (*loc. cit.*). E termina o seu prefácio com estas considerações:

O povo alemão, que manifesta o mais vivo interesse e a mais completa compreensão por tudo o que é estrangeiro e que, como poucos outros povos, sabe surpreender-se e tratar de compreender uma cultura e um carácter alheios, saberá certamente apreciar a presente obra, tanto mais que não lhe deve ser difícil descobrir nisto um motivo de virtudes — com a vontade inabalável de trabalhar, com pouco apreço e mesmo desprezo por todas as manifestações e todas as prestações pessoais de honras, com honradez em todos os actos, franqueza de palavra, desistência de constituir o seu próprio lar e a sua própria família, para poder consagrar-se e servir e sacrificar-se completamente pelo bem de uma família maior, o bem do povo — características, assim, mais importantes que marcam da mesma forma Salazar e o grande chefe da Alemanha [p. 17].

Eis, sumariado, o prefácio do hitlerófilo Cordeiro Ramos aos discursos de Salazar. Convém aqui lembrar que o prefaciador foi ministro da Instrução da ditadura militar, com José Vicente de Freitas e Domingos de Oliveira, e, depois, desde os começos da ditadura pessoal do próprio Salazar: foi-o por quatro vezes desde 1928, primeiro, de Outubro desse ano a Julho do ano seguinte, depois, de Janeiro de 1930 a 5 de Julho de 1932 (momento em que Salazar foi empossado como presidente do Conselho), logo a seguir, desde esta data crucial até Abril de 1933 e, uma vez mais, desde esta última data até 24 de Julho desse ano de 1933. Procurador à Câmara Corporativa, voltou depois à universidade, onde a sua acção foi marcada por uma docência de claro cunho germanófilo e até hitlerófilo, já que, a par de estudos sobre Goethe e Schiller, escreveu sobre o nacionalismo alemão; é autor dos livros *Os Fundamentos Éticos do Estado Novo*, além de ter feito palestras sobre a Alemanha e Portugal; foi catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e esteve associado à sua revista, fundada em 1933; frequentou a Universidade de Leipzig e visitou diversas outras universidades, como Colónia, Viena, Muni-

⁶ Sobre Gonzague de Reynold, v. o nosso citado estudo *Salazar em França*, pp. 56-58.

que, etc. Foi presidente do Instituto de Alta Cultura. Durante a guerra, o seu nome aparece muito naturalmente na edição portuguesa da revista nazi *A Jovem Europa*: no vol. 4, n.º 5, desta revista da intelectualidade hitlerista europeia, Gustavo Cordeiro Ramos subscreve, ao lado de outros académicos hitlerófilos, como Mihail Manoilescu (Bucareste), Castro Rial (Madrid) e Hugo Indria (Roma), um pequeníssimo artigo intitulado «Portugal e a sua missão europeia» (p. 17), que retoma e condensa as ideias do prefácio que vimos resumindo:

Salazar, Hitler e Mussolini — verdadeiros heróis na concepção de Carlyle — oferecem um interesse, mais do que nacional, universal. Devem-lhes as gerações presentes e futuras serviços incalculáveis. Sem estes pilares da história [...] corriam sério risco de se subverterem os valores culturais que constituem a essência da dignidade humana. Da mesma forma que a Alemanha e a Itália, Portugal realiza a sua missão europeia. Foi o primeiro a denunciar o perigo do bolchevismo [...] [*A Jovem Europa*, n.º 5, *loc. cit.*]

2. A PRUDENTE INTRODUÇÃO DO PRÓPRIO SALAZAR

Passemos agora ao exame da introdução (*Einleitung*) que o próprio Salazar escreveu para esta edição alemã dos seus discursos (*op. cit.*, pp. 19-29). Antes de mais, sublinhemos que este texto nos parece ser quase inteiramente original, uma vez que ele só coincide, em parte, com alguns dos diversos prólogos doutrinários que o ditador rubricou nos anos 30, sobretudo o prefácio à 1.ª edição dos seus discursos. O facto de se dirigir a um regime político e ideológico que tão-pouco se assemelhava ao seu forçou-o talvez a redigir um texto que é, ao mesmo tempo, relativamente abstracto e, sem dúvida, bastante descomprometido de qualquer implicação mais radical que fosse susceptível de, por algum modo, lembrar os exaltados doutrinários que, em sua própria casa, seguiam com entusiasmo claramente herético e dissidente o modelo alemão (ou mesmo italiano) de ditadura caudilhistas e totalitárias: referimo-nos aos *camisas-azuis* do ex-integralista Rolão Preto, bando de jovens esturrados que o regime teve, em Julho de 1934, de intimar a suspender as suas actividades, após o que se aplicou a reconduzi-los sem rebuços ao aprisco da confluência pantanosa da União Nacional e a um tipo de actuação mais conforme com a cinzenta ortodoxia salazarista. Tudo isto já por nós foi evocado num livro editado há quase vinte anos⁷.

⁷ V. o nosso estudo *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A História de Um Conflito: 1932-1935*, Amadora, Livraria Bertrand Editora, 1979.

O preâmbulo alonga-se por dez páginas e não brilha por nenhuma síntese particularmente densa ou impressiva do seu ideário, já que Salazar, como confessava com franqueza ao prefaciá-lo o 1.º volume dos seus discursos, editado em 1935, lembrava que aqueles textos seus eram resultados de respostas a situações concretas, em suma «pedaços de prosa que foram ditos» («para servir de prefácio» aos seus *Discursos*, vol. 1, Coimbra, Coimbra Editora, 1935, p. vii). Orador à força, inclinado a expor doutrina só quando apertado pela necessidade prática da vida política, Salazar nunca cultivou de facto a filosofia política pura do direito e do Estado, e o pouco que nessa categoria pode caber das suas cogitações surgiria pela mão de outros, nomeadamente pelo labor de um Jacques Ploncard d'Assac, redactor de um dicionário do salazarismo e de outras obras de tipo semelhante: *O Pensamento de Salazar Extraído dos Seus Discursos* e *O Salazarismo. A Arte de Governar* (ambos de 1952; cf. o nosso *Salazar em França*, pp. 70-72). Em suma, Salazar, como politólogo ou pensador político, deixou tão-só uma filosofia *en miettes*, nunca se mostrando realmente propenso a construir uma obra teórica de filosofia do direito ou da política. As suas intervenções oratórias como dirigente «democrata-cristão» até 1926 e os seus estudos universitários, de natureza essencialmente económico-financeira (*O Ágio do Ouro. Sua Natureza e Suas Causas. 1891-1915*, Coimbra, 1916, e *A Questão Cerealífera. O Trigo*, também na mesma cidade e do mesmo ano de 1916) não transcendem aquilo a que poderíamos chamar escritos de circunstância, atendendo até ao facto de os dois últimos estudos se prenderem com os seus concursos académicos em Coimbra. E, se dizemos que são escritos de «circunstância», é evidente que queremos com isso dizer que não há neles ambição alguma de se constituírem, apesar dessas circunstâncias, como momentos privilegiados e densos de cogitação de espécie alguma, propriamente teórica, para além do momento ou da necessidade que os ditou ou suscitou. Cremos, assim, que há um manifesto exagero retórico ou completa imprecisão terminológica — quando não mero intuito laudatório — em querer apresentar Salazar como uma grande *pensador* ou um excelso *teórico* da política, quando, na verdade, não tem jus a nenhuma dessas categorias. Uma recente recolha dos seus diversos escritos, incluindo inéditos e dispersos, vem comprovar esta nossa afirmação (v. *Inéditos e Dispersos* de A. de Oliveira Salazar, org. por Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Bertrand Editora, 2 vols., 1997 e 1998).

Não deixa, por isso, de ser um curioso paradoxo esta sua coriácea renitência em exprimir de forma racional, coerente e sistemática aquilo que, *sub specie politicae*, poderia chamar-se *salazarismo*: o que existe com este nome é, portanto, tão-só alimentado pelos tais «pedaços de prosa que foram ditos»... Este prefácio para Alemães mostra que havia, de facto, um natural retraimento seu em sintetizar de forma sistemática a sua doutrina, sempre demasiado pragmática e até *prática* para ser susceptível de ser articulada de

forma independente, como puro texto ideado em abstracto, sem que para a sua criação fosse a inadiável necessidade do dia a dia concreto a solicitar-lhe uma reflexão *ad hoc*, a forçá-lo a um discorrer de pena na mão. Em suma, não sendo orador nem propriamente doutrinário com um sistema que quisesse ir expondo e divulgando aos seus sequazes ou discípulos, Salazar nunca conseguiu ir além do papel de um governante que foi reflectindo, pontualmente e um pouco *a posteriori*, sobre a sua própria actuação à cabeça do governo. Um dos poucos arremedos daquilo a que poderíamos chamar um programa de governo — um programa, visando, pois, a *pragma* e não a teoria — encerra-se no seu discurso de 23 de Novembro de 1932, fazendo o balanço das forças políticas, sociais e ideológicas presentes na vida portuguesa no ano em que o ditador iniciava a sua chefia do governo (*Discursos. 1928-1934*, 1.ª ed., vol. I, pp. 157-182), e a longa peroração em torno de matérias ultramarinas, agora em plena guerra colonial, em 12 de Agosto de 1963 (cf. Salazar, *Discursos*, vol. VI, pp. 287-335), um dos mais extensos discursos de toda a carreira do nosso ditador: quase meia centena de páginas.

Daí que, com aparente modéstia, comece, nesta introdução para Alemães, por afirmar que as ideias que se vão ler não são novas, antes provêm da «consciência nacional» (*Nationalbewusstsein*) (p. 19) que tomou forma com a ditadura portuguesa. A maioria dos discursos que se seguem seriam, assim, resultantes do «espírito da revolução do 28 de Maio de 1926» (p. 20). O que interessava seria ir buscar à frutuosa particularidade do nosso povo as ideias e não copiar servilmente o que se pensa no estrangeiro, indo colher no espírito criador do nosso povo a força da acção (p. 21). O sentir e o pensar dos Portugueses servem, portanto, de base ao movimento de renovação doutrinal (p. 22). Quem tiver sobre os ombros a responsabilidade de todo um povo sabe que a decadência de uma nação costuma coincidir com o aparecimento da «podridão espiritual» (p. 23). Acreditamos, diz Salazar, na verdade, na justiça, na beleza e no bem (*loc. cit.*). (Aqui, nestas passagens acabadas de sumarizar, ecoam as palavras do referido prefácio ao 1.º volume dos seus discursos, editado em 1935: cf. esta edição, pp. XXII-XXIII). «Acreditamos, continua Salazar no prólogo alemão, que uma alta função possibilita indagar e ensinar a verdade, realizar a beleza, instruir os homens, o que faz com que ninguém se possa apartar da responsabilidade diante do envenenamento e da decomposição moral e espiritual» (p. 24).

Passa em seguida Salazar à política externa, decerto tema mais interessante para o público hitleriano a que se dirigia este volume antológico. O período antologado, de 1928 a 1937, coincidia, aliás, com uma das fases mais dramáticas da vida internacional e europeia (recordemos o progressivo triunfo das ditaduras na Europa, as vitórias eleitorais das frentes populares em França e, em Espanha, a guerra civil de Espanha, a agressão italiana à Abissínia, a guerra

processos de Moscovo, etc.: note-se que Salazar não se refere explicitamente à maioria destes factos, não os enumerando sequer). Não se pode viver indiferente a esta situação mundial que se agrava a olhos vistos, observa Salazar. Portugal procurava assegurar o seu lugar na Europa e os tempos traziam problemas que requeriam soluções urgentes (pp. 24-25). Vivia-se, de facto, uma época de crise: já não se acreditava mais nos tratados, na verdade, nos governos ou nos sentimentos dos povos, nem na sinceridade das relações entre estes, e até a palavra de honra dos Estados deixara de ser levada a sério, e quase tudo era agora aparência, governo sem consciência, multidão (p. 25). O pior é que se pensava que se podia acabar com os métodos usuais da diplomacia clássica, com os seus erros, para poder dar novo ar às chancelarias (pp. 25-26). Afinal, tudo quanto se conseguiu foram novos fracassos e uma geral inquietação (p. 26). A este mal juntou-se outro pior — e Salazar aproveita este tópico para reforçar uma ideia muito sua e entranhadamente reaccionária, a dos malefícios da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa. A ela atribui o nosso ditador a incrível leviandade no tratamento dos problemas internacionais de outras nações e de governos estrangeiros (*loc. cit.*). Assim seriam distorcidos os factos e se malogravam as melhores intenções, sendo a opinião pública induzida em erro (*ibid.*)...

Em vão a diplomacia se esforça por recompor o mal feito pela liberdade de imprensa e assim se provoca um «ódio artificial» (p. 27). Sob a pressão de uma opinião pública mal informada, levam-se os homens de Estado a tentarem negociar com Estados que, sendo aparentemente livres, no fundo não são livres de resolverem problemas internacionais; um desses casos patenteava-se com a guerra civil espanhola (p. 27). Os interesses partidários dominam os governos, não os deixando actuar livremente (*loc. cit.*). No conflito espanhol tinha Portugal interesses a defender, lembra Salazar: é claro que a simpatia do seu governo ia para a causa nacionalista, uma vez que a «invasão comunista da Península Ibérica» (p. 28) significava também o fim da paz em Portugal (*loc. cit.*). E é com acentuado pessimismo que o ditador português encerra o seu prefácio: «Não se pode mais confiar na consciência mundial, na crise espiritual dos nossos dias» (p. 29).

3. UMA ANTOLOGIA REALMENTE DIPLOMÁTICA

Esta antologia constitui uma habilidosa germanização do pensamento de Salazar, bem diferente daquela que foi levada a cabo, em francês, por ocasião da Exposição Universal de Paris, em 1937: aqui tratava-se de sublinhar o que havia de comum com o nazismo — ou melhor, o que com ele não colidia frontalmente, em matéria de política externa sobretudo, fazendo, por exemplo, desaparecer os discursos feitos por Salazar contra a onda do nacional-sindicalismo de Rolão Preto, o mais evidente sequaz das doutrinas nazis entre nós. Esta

antologia inicia-se em 1928 e vai até 1937, encerrando-se num momento em que a heresia «camisa-azul» já está erradicada entre nós e o seu líder afastado das lides políticas, bem como recuperados para a União Nacional — e para a Acção Escolar Vanguarda, ensaio malogrado daquilo que seria, depois, a Mocidade Portuguesa — os jovens tresmalhados pela sedição de Rolão Preto.

Além de temas propriamente financeiros, a antologia recolhe dois discursos (um de 1928, outro de 1929), três sobre o Estado e a revolução (discurso de 28-5-1930, discurso de 30-7-1930 e discurso de 17-5-1931), sobre as forças armadas e a situação nacional (discurso de 28-5-1932), a sua nomeação para a Presidência do Conselho (discurso de 5-7-1932), sobre os partidos (lá figura o importante discurso-síntese sobre a situação interna, de 23-11-1932, pp. 127-146), a nova ordem económica (discurso de 16-3-1933, pp. 147-165), a política colonial (discurso de 1-6-1933), os problemas da organização corporativa (13-1-1934), «o espírito da revolução» (discurso no Porto de 28-4-1934 — note-se que a condenação do nacional-sindicalismo, de 27-4-1933, e a nota oficiosa à imprensa mandando dissolver o movimento de Rolão Preto, de 29-7-1934, não figuram aqui, como, aliás, também nunca figurou nas edições portuguesas dos discursos de Salazar a referida nota oficiosa, do punho de Salazar, de 29 de Julho de 1934)⁸ —, a posição europeia de Portugal (discurso de 26-5-1934, pp. 198-209) — um dos textos basilares do salazarismo, com a importante especificação da sua originalidade em relação aos outros regimes com os quais o nosso geralmente se confundia, com ênfase na natureza própria do nosso «Estado nacional e autoritário» (ed. alemã, p. 201; ed. portuguesa, *Discursos*, vol. 1, 1.^a ed., Coimbra, 1935, pp. 329-346), bem como outros discursos de 1934, 1935 e 1937, cabendo aqui os discursos destes dois últimos anos em torno das questões europeias que mais de perto se prendiam com o nosso regime (discursos de 9-9-1936, 23-9-36, 31-10-1936, 28-1-1937, este último sobre Angola, o anterior sobre a guerra de Espanha), sem esquecer a nota do nosso governo sobre a destruição de Guernica, na qual o governo de Portugal se dissocia do pedido de inquérito solicitado pelo governo basco em relação ao bombardeamento da famosa povoação mártir de Guernica (texto de 21-5-1937⁹. Uma nota oficial como esta, demarcando-se claramente de outras nações da

⁸ V. esta nota oficiosa, escrita por Salazar, no nosso *Salazar e os Fascistas*, pp. 240-243.

⁹ Sobre o caso da destruição de Guernica pela aviação nazi ao serviço da causa franquista, lembremos sucintamente o que ali se passou em 1937: a Legião Condor, constituída, primeiro, por um bombardeiro *Heinkel 111*, levou a cabo sobre esta cidade basca uma acção de castigo que se iniciou às 16 h 30 m do dia 26 de Abril de 1937. Pouco depois o *Heinkel* repetiu a operação, acompanhado agora por outros aviões do mesmo tipo; em seguida, três esquadrilhas de bombardeiros *Junker 52*, num total de 23 aviões da Legião Condor, e um grupo de caças *Messerschmidt BF109*, mais outro grupo de caças *Heinkel 51*, voltaram a atacar a cidade em vagas sucessivas, bombardeando-a e metralhando-a a baixa altitude. Ao todo, teriam partici-

Comissão de Não-Intervenção na Guerra de Espanha e favorecendo os interesses do agressor, ou seja, a divisão aérea alemã que destruiu Guernica de modo tão bárbaro — e, desde o famoso quadro de Picasso, para sempre recordada como miticamente exemplar da criminalidade fascista —, não podia deixar de agradecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha hitleriana.

Em suma, apesar de aqui se reunir o mais importante dos discursos de Salazar entre 1928 e 1937, a escolha que presidiu a esta antologia trai um evidente desejo de favorecer a posição da Alemanha hitleriana em relação a alguns problemas europeus, com especial tónica na guerra de Espanha, que só terminaria um ano depois de este livro ser editado em Essen. A antologia não pretendeu esconder as diferenças ideológicas entre o nosso nacionalismo conservador e os fascismos italiano e alemão, ainda que estes conceitos fossem sempre coados pela retórica de Salazar de um modo implícito e nunca explícito.

A antologia alemã dos escritos de Salazar saía em mau momento se pensarmos que ela se editava um ano depois do agudo conflito entre o Vaticano e o III Reich, de que foi *casus belli* a acutilante encíclica papal *Mit brennender Sorge*, de Pio XI, condenando o paganismo idólatra do nacional-socialismo¹⁰. Tomou, na altura, especial protagonismo na resposta à condenação papal do nazismo o ministro da Propaganda, autor de uma agressiva

pado na operação 40 aviões nazis, lançando 40 000 kg de bombas, dos quais 10 000 de bombas explosivas e 30 000 de bombas incendiárias. O centro da cidade ficou completamente destruído. As vítimas do bombardeamento rondaram as 2000, ficando ainda feridas ou mutiladas umas mil pessoas. Esta bárbara agressão suscitou grande clamor de protestos mundiais, tendo Pablo Picasso (1881-1973) pintado, para o pavilhão da República espanhola na Exposição Internacional de Paris de 1937, o seu célebre quadro *Guernica*, um vasto óleo de 3,5 m de altura por 7,82 m de largura, em tons negros e cinzentos. O quadro esteve depois vários anos depositado no Museu de Arte Moderna (Moma) de Nova Iorque, sendo devolvido à Espanha democrática, ficando em seguida no Museu do Prado, em Madrid. Sobre este quadro, v. Rudolf Arnheim, *Picasso's Guernica*, Berkeley, University of California Press, 1962. V. a nota oficiosa, da autoria de Salazar, «O inquérito à destruição de Guernica» (de 21-5-1937), in *Discursos* de Salazar, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, pp. 289-293).

¹⁰ V. o que dizemos desta encíclica de Pio XI e do seu reflexo no pensamento de Salazar no nosso já citado estudo «Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo», vol. XII da nossa *História de Portugal*, pp. 11-142, *maxime* pp. 134-136. V. ainda, para o contexto global das relações entre os católicos e o poder neste período, o estudo de Martin Conway *Catholic Politics in Europe. 1918-1945*, Londres, Routledge, 1997, 118 páginas. Quanto ao pensamento de Pio XI em relação à questão judaica e ao nazismo, lembremos o recente estudo de Georges Pesselecq e Bernard Suchercky, *L'Encyclique oubliée de Pie XI*, Paris, La Découverte, 1995. Sobre o Vaticano (em especial Pio XI) e as ditaduras europeias da época, v. Anthony Rhodes, *The Vatican in the Age of Dictators. 1922-1945*, Londres e Sidney, Hodder and Sroughton, 1973, 383 páginas, e Richard Wolff e Joeng K. Hoenschen (org.), *Catholics, the State and the European Radical Right*, Boulder, Social Science Monographies, 1987, 257 páginas (estudos sobre as relações do Vaticano com regimes da extrema-direita, como a Croácia fascista de A. Pavelic, o fascismo francês, a Itália de

advertência aos católicos alemães, publicada, por exemplo, no *Frankfurter Zeitung* de 29-5-1937 (discurso de Goebbels em 28-5-1937, no Deutschlandhalle de Berlim)¹¹. À luz deste grave conflito entre a Igreja católica e o III Reich, era evidente que um ditador tão fielmente católico como Salazar, tão respeitador das doutrinas expressas nas encíclicas papais desde Leão XIII a Pio XI, não podia deixar de ser incluído entre as figuras suspeitas aos olhos dos dirigentes da suástica, ou seja, esses católicos como

Mussolini, a Hungria de Horthy, a Eslováquia de Tiso e a Espanha franquista; v., neste grupo de estudos, os textos de John Zeender, «Germany, the Catholic Church and the nazi regime», pp. 92-118, e Frank J. Coppa, «The Vatican and the dictators between diplomacy and morality», pp. 199-223), Tom Buchanan e Martin Conway, *Political Catholicism in Europe. 1918-1965*, Oxford, Clarendon Press, 1996, Ernst C. Helmreich, *The German Churches under Hitler. Background. Struggle and Epilogue*, Detroit, Wayne State University Press, 1979, Heinz Albert Raem, *Pius XI und der Nationalsozialismus: die Enzyklik «Mit brennender Sorge» vom 14 Maerz 1937*, Paderhorn, F. Schoeningh, 1979, 268 páginas, e o livro *The Persecution of the Catholic Church in the Third Reich. Facts and Documents Translated from the German*, Londres, Burns Oates, 1940 (texto da encíclica *Mit brennender Sorge*, em inglês, pp. 523-537). E, por fim, o artigo de Gabriel de Jesus Pita, «A Igreja católica perante os nacionalismos europeus entre as duas guerras mundiais: o caso específico português», in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, n.º 21-22, 1996-97, pp. 231-242.

¹¹ V. «Pio XI/Goebbels», in *Le Dernier avertissement. Pie XI: Encyclique Mit brennender Sorge/Goebbels: Dernier Avertissement aux catholiques allemands*, Paris, Romillat, 1994, 123 páginas, pp. 75-92: a diatribe de Goebbels contra a Igreja; v. a biografia de Goebbels por Ralf Georg Reuth, *Goebbels*, trad. americana, Nova Iorque, Harcourt Brace & Company, 1993, 471 páginas, pp. 221 e segs.

Quanto a Paul Joseph Goebbels (1897-1945), lembremos que a sua alcunha na Alemanha era *nachgedunkelner Schrimpfgermane* (alemão anão que escureceu)... Também era designado por «anão malicioso», por «general Mickey Mouse», ou «Mickey Mouse de Wotan», «Mahatma Propaganda» e «General Rato». Recusado pelo exército durante a Primeira Guerra Mundial por causa do pé aleijado, G. fez estudos germanísticos graças a uma bolsa da Associação Católica Albertus Magnus, licenciando-se em letras; tendo assistido, em Heidelberg, às aulas de Friedrich Gundolf, professor judeu de História da Literatura e grande especialista de Shakespeare e Goethe, Goebbels pediu-lhe que orientasse a sua tese de doutoramento, mas aquele professor achou preferível que Joseph a fizesse sobre a orientação de Max von Waldberg; e Goebbels escreveu uma tese de doutoramento sobre Wilhelm Schütz, um dramaturgo romântico alemão que se convertera ao catolicismo, tese acabada no Verão de 1921 e defendida a 18 de Novembro (cf. R. G. Reuth, *Goebbels*, pp. 37-39).. O facto de ter feito uma tese de doutoramento levou-o a preceder sempre o seu nome de um *Herr Doctor*, tanto mais que era dos poucos dirigentes nazis com formação universitária. Aderiu ao NSDAP (Partido Nazi) em 1922, publicou em 1924 uma peça de teatro sem sucesso, *Der Wanderer*, ingressou na carreira de jornalista, trabalhou na imprensa do partido com os irmãos Strasser (Gregor e Otto, dois futuros dissidentes famosos) e em 1926 era designado *Gauleiter* do partido em Berlim-Brandenburgo... Foi neste cargo que o jovem e buliçoso renano deu provas do seu talento de orador e propagandista, publicando ainda um jornal agressivo, *Der Angriff (O Assalto)*; fez de Horst Wessel um mártir político que daria o nome a uma das canções nazis. Foi eleito para o Reichstag em 1928 e em 1929 era encarregado de dirigir toda a propaganda do partido hitleriano. Em Março de 1933 foi nomeado «Reichsminister für Volkserklärung und Propaganda» (ministro para a Ilustração Popular e Propaganda). Suicidou-se, juntamente com a mulher e os filhos, em 29-4-1945.

os do Zentrum alemão — que tinham, apesar de tudo, tal como Heinrich Brüning, ajudado a ascensão de Hitler, além de terem colaborado com os nazis na destruição da República de Weimar (bastante assistidos, nessa tarefa de destruição da democracia weimariana, pelos nacionalistas autoritários, como von Papen e von Schleicher). Ou, sobretudo, como esse incómodo católico radical chamado Engelbert Dollfuss, que os hitleristas austríacos acabariam por assassinar em 25 de Julho de 1934, abrindo os portões à anexação da Áustria pela Alemanha em 1938 (*Anschluss*).

Poucos regimes — pelo menos nas suas intenções políticas de base católica — se aproximam tanto do ideário do chefe do Vaticano, nos seus desígnios político-sociais, como o de Dollfuss, regime que Pio XI recomendava como um bastião contra o nazismo na Áustria, a ponto de enaltecer Dollfuss, diante de peregrinos austríacos em Roma, como um modelo de político católico. Tendo tomado o poder em 1933 e criado logo em seguida um partido social cristão de índole ditatorial, Dollfuss acabaria, porém, assassinado pelos nazis no ano em que era aprovada a nova Constituição austríaca, em 1934. Fosse como fosse, e mau grado as diferenças enormes entre a ditadura na Áustria e no Portugal da altura, Dollfuss e Salazar apreciavam não só aos olhos do papa, mas ainda dos católicos em geral, como dois exemplos de chefes políticos capazes de superarem o socialismo e o liberalismo e de estabelecerem regimes autoritários de inspiração corporativa e confessional; um especialista destes movimentos católicos de então chama-lhes «católicos radicais» (Martin Conway, *op. cit.*, p. 58) — o que cabe bem ao infeliz chanceler austríaco abatido pelos homens da suástica, mas dificilmente se pode aplicar ao conservador, cauteloso e frio ditador luso, demasiado tomista e «jesuíta» — Fernando Pessoa achava-o antes dominicano¹²... — para ser incluído em tal categoria.

De qualquer modo, aos olhos dos nazis, o pensamento «democrata-cristão» de Salazar não podia deixar de parecer suspeito, sobretudo se tivermos em conta o áspero contencioso Igreja católica/Estado alemão então em curso. A nótula introdutória de Goebbels nesta antologia atesta-o: o ministro da Propaganda do III Reich coíbe-se de enaltecer o nosso ditador para além de uma fórmula vaga de respeito, tudo se resumindo, afinal, em qualificá-lo de «homem extraordinário»... Quanto a Dollfuss, o seu diário atesta o desprezo que sentia por este homem: Dollfuss não passaria de «um anão, um dandi, um diabo astuto»¹³ — um retrato que parecia mesmo um auto-retrato do

¹² Fernando Pessoa, texto inédito, sem título, de 1935, redigido em francês, publicado por *Colóquio Letras*, n.º 100, Novembro-Dezembro de 1987, p. 127.

¹³ *Apud* Ralf Georg Reuth, *op. cit.*, p. 188. Sobre Dollfuss, v. Gordon Brook Shepherd, *Prelude to Infamy: the Story of Chancellor Dollfuss of Austria*, Nova Iorque, I. Obolensky, 1962, 295 páginas, e John Duncan Gregory, *Dollfuss and his Times*, Londres, Hutchinson, 1935, 384 páginas, ilustr. Um célebre dito antinazi afirmava que o Ariano ideal devia ser algo

próprio Goebbels, pequeno, coxo, donjuanesco e maquiavelicamente manhoso... Fosse como fosse, quando a antologia de Salazar saiu na Alemanha da suástica, nesse ano particularmente negro de 1938 — o do acordo de Munique, que abriu a Hitler todas as portas da agressão mais impune, o da «Noite de Cristal» —, decerto Salazar preferia esquecer esse embaraçoso gesto de aparente boa vontade dos nazis em relação a um ditador latino tão pouco em consonância com os ideais agressivamente racistas, radicalmente totalitários e obscenamente imperialistas do antigo pintor *raté* austríaco e do seu regime de fanáticos avançando para um Walhalla demente, ao som de tambores tão pouco católicos, como as crianças da lenda de Hameln, a do ressentido tocador de flauta que se quis vingar de uma cidade que o desdenhara...

Salazar, com notável falta de informação factual mais elementar, vira sempre em Hitler — nascido no mesmo ano e no mesmo mês em que o futuro ditador luso vinha ao mundo: o austríaco em 20 de Abril, o beirão em 28 de Abril de 1889 — um sequaz de Lutero, quando na verdade o demagogo de Braunau nascera e crescera numa família católica e num país católico, inclinando-se assim a ver no nazismo a derradeira forma da heresia iniciada com o truculento monge alemão que desafiara o papado, quando a verdade é que os principais dirigentes do NSDAP eram quase todos de cepa católica. Agora, depois do choque dos nazis com o Vaticano, e a encíclica de 1937 condenando o messianismo idólatra do hitlerismo, o prudente ditador português sabia que não era de confiar naquele frenético chefe carismático além-Reno. Foi esse o sentido das palavras que Salazar confiou a Bova Scopa, diplomata italiano colocado em Lisboa e que com ele se avistou em 1940, antes desse 10 de Junho que viu consumir-se a participação de Mussolini no conflito, ao lado de Hitler: era preciso que a Itália se mantivesse neutra no conflito que grassava na Europa, garantia Salazar ao novo representante italiano entre nós (cf. Bova Scopa, *Colloqui con due dittatori*, Roma, Ruffolo Editore, 1949, pp. 9-10). E em Novembro desse ano esforçava-se o nosso ditador por mediar entre a Inglaterra e a Itália no sentido de uma paz honrosa que permitisse a Mussolini sair do conflito (*op. cit.*, pp. 26-27). Noutra ocasião, insistindo na necessidade de Mussolini não se deixar amarrar ao destino de Hitler, Salazar dissera ao diplomata italiano que os Alemães faziam «a guerra na conquista e no sangue» e que essa guerra era «uma fatalidade histórica que pesa no destino da raça germânica» (*op. cit.*, p. 17).

Depois, numa recepção dada a diplomatas de vários países, Salazar teria afirmado que a diferença entre os Franceses e os Alemães estava em que os

como Goebbels, esbelto como Goering, loiro como Hitler e casto como Röhm... E adaptando um desconhecido rifão alemão (*Lügen haben kurze Beine*, as mentiras têm pernas curtas), dizia-se de Goebbels: *Die Lüge hat ein kurzes Bein* (a mentira tem uma perna curta).

primeiros amavam a vida e os segundos a morte. Scopa transcreve a frase de Salazar, pronunciada em francês, com os *esses* sibilantes: «Vous voyez, mon cher Ministre, la différence entre les français et les allemands est que les français aiment la vie et vous, les allemands, vous aimez la mort!» (*op. cit.*, p. 18). O representante alemão em Lisboa, o barão balta Hoiningen-Hüne, encaixou com um sorriso perfunctório a frase sibilina do nosso ditador e não replicou, provavelmente, anota Scopa, porque talvez a achasse justa... Salazar receava que Hitler germanizasse a Europa: se Napoleão, dizia, levava na ponta das baionetas dos seus soldados os princípios da revolução francesa, o Führer acarretava consigo, na sua aventura bélica, «um neopaganismo de fundo místico e racista que é contrário às nossas tradições romanas e católicas. Até para a Itália o triunfo da Alemanha será um perigo», palavras de Salazar anotadas por Scopa (p. 19).

Não sendo nosso intuito abordar aqui a estratégia de Salazar em relação à Alemanha, nem sequer sumarizar a questão das diferenças colossais entre os regimes salazarista e hitleriano, tão distintos, para não dizer radicalmente diferentes em tudo aquilo que substancial, ideológica e eticamente os caracteriza, lembramos tão-só estas atitudes e confidências do nosso ditador diante de um diplomata italiano para as contrapor ao mundo a que se dirigia a sua antologia alemã de 1938. A *Realpolitik* salazarista estivera na base da sua edição para Alemães, feita como medida de bons ofícios diplomáticos, ou no seu consentimento colaborante nessa antologia prefaciada por um hitlerófilo português de serviço, o estabonado Cordeiro Ramos, um dos mais inegáveis simpatizantes da suástica no gabinete do nosso ditador. A existência deste texto e a presença de tal prefaciador na sua portada podem prestar-se a interpretações simplistas quanto às relações ideológicas entre salazarismo e hitlerismo. Este nosso estudo pretendeu, assim e tão-só, contribuir para situar esse momento e esse livro num enquadramento mais nítido e mais rigoroso*.

* Queremos agradecer muito penhoradamente à Dr.ª Gisela Medina Guevara a preciosa colaboração que nos deu, ajudando-nos na tradução dos textos alemães citados.